

14 NOV 1990

Brasil

# Economia na contramão

Carrion Júnior

JORNAL DO BRASIL

Passados oito meses, durante os quais predominou a expectativa diante da violência de medidas, como o seqüestro das poupanças e dos ativos financeiros, que muito prometiam, uma incerteza generalizada começa a tomar conta de todos os setores sociais. Os mesmos setores que, um por um, foram sendo duramente atingidos em suas conquistas ou até mesmo em sua imagem: primeiro os poupadores e aplicadores, depois os funcionários públicos, logo os trabalhadores do setor privado e, agora, os empresários.

Enquanto a recessão se aprofunda e o presidente Collor reitera sua disposição de ir às últimas conseqüências, todos, mesmo tendo pontos de vista divergentes, começam a se perguntar se os sacrifícios já feitos justificam os poucos resultados alcançados. Hoje, com poupanças e aplicações financeiras confiscadas, salários públicos e privados achatados, concordadas e falências se multiplicando, produção agrícola em queda, índices industriais estagnados, investimentos paralisados, câmbio defasado, dívida externa ainda sem solução e juros reais acima de 100%, a inflação volta a ser aproximar do patamar dos 20%.

Se é verdade que, muitas vezes, "criticar é fácil", também não é difícil perceber — e isso é hoje percepção nacional — que o Plano Collor está botando água por todos os lados.

O malogro da política eco-

nômica do governo federal não interessa a ninguém. Todos, assalariados, poupadores, aplicadores, empresários, prefeitos e governadores, dependem de seu sucesso, e a própria oposição, fazendo parte desse todo, outra expectativa não poderia ter. O que não torna menos legítimo, entretanto, que a oposição, cada segmento à sua maneira, divirja da atual política econômica, acreditando serem mais adequadas e justas suas próprias alternativas para a solução da crise por que passa a sociedade brasileira.

O erro básico da atual política econômica está em ter escolhido a política monetária como único instrumento de combate à inflação, parecendo desconhecer que este instrumento tem ação lenta sobre as pressões inflacionárias, exige aportes de recursos externos para compensar seus efeitos recessivos e seria aplicado sobre uma economia já combalida, cujo crescimento foi praticamente nulo nestes últimos dez anos.

O País começa a se acordar, depois de ter vivido, desde a eleição presidencial, a crença gratuita no novo, vale dizer, o ato de fé quase religiosa na busca da esperança perdida.

As próximas etapas já podem ser antecipadas: ao recente tarifaço seguir-se-á uma mais rápida atualização das taxas cambiais, enquanto, em dezembro, haverá um aquecimento natural da demanda sem, desta feita, a correspondente

maior oferta de bens, elevando os níveis inflacionários acima dos 20% ao mês e os juros reais acima de 100% ao ano. Em janeiro, a variável externa ainda agravará mais as dificuldades internas, somando-se, ao fluxo negativo de capitais, os prováveis pagamentos de juros aos credores, capitulação já admitida pelo governo. Preços de petróleo, recessão mundial, diminuição das nossas reservas cambiais e ainda maior desvalorização do cruzeiro, com conseqüente elevação dos preços dos combustíveis e nova injeção na inflação interna, caracterizam bem a importância da variável externa na economia brasileira, como tanto tem insistido o governador Brizola. Quando esta borrasca tiver aparentemente sido absorvida, teremos o reflexo da queda, de pelo menos 20%, da safra de verão, com novas importações, além das já iniciadas (arroz e trigo).

Quando, em fevereiro, o novo Congresso estiver tomando posse, o quadro será ainda mais pessimista do que o de hoje e os sacrifícios acumulados já terão sido bem maiores. Mais recessão do que se propõe hoje, mais simplórios congelamentos não nos levarão a nada; só a definição de uma nova política econômica poderá nos abrir novos horizontes.

□ Carrion Júnior é economista, deputado estadual (PDT-RS) e deputado federal eleito